

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Comunicação Brasileira

Class.: 61

Data: 10 de Dezembro de 1986

Pg.: 20

Índia teme ser despejada

Dona há 26 anos da terra onde construiu sua casa em Taguatinga, a índia Bakará Maria Teresa Amaldo da Silva está com despejo decretado sob a alegação de não ter pago o financiamento da construção. Maria é mãe de cinco filhos e casada com o policial e juiz de futebol aposentado, Mário José da Silva. Se o despejo se concretizar, todos terão de ir para a reserva indígena de Paranatinga, em Mato Grosso.

A Comissão Pró-Solidariedade às Famílias Despejadas vem fazendo gestões junto às autoridades para evitar o despejo de Maria Amaldo. A Funai está mobilizada. Segundo se alega, Maria Amaldo tinha de ter contado com a assistência da entidade em todos os atos que praticou, o que não ocorreu. O argumento pode ser usado contra ela, pois sendo índia, tutelada da Funai, nenhum ato seu teria valor. Foi impetrado mandado de segurança pela Funai, segundo a Comissão de Solidariedade. Contudo, a ação não prosperou.

DRAMA

Maria Amaldo vive na QND 52, lote 31, com seu marido Mário e os filhos Mogle, Mário, Magno, Magdo e Marivaldo, o mais velho com 22 e o caçula com 10 anos. O terreno foi adquirido à Novacap há 26 anos. Em 1969 ela assinou contrato de financiamento para construção da casa com a empresa Copenal, que falhou. Suas sucessoras, a Inca e depois Economisa falharam também. Como Maria Amaldo nunca exigiu comprovantes do pagamento do financiamento por "ignorância, pelo fato de ser índia", segundo Marcos Landa e Júlio Rocha, dirigentes da Comissão Pró-Solidariedade — a casa foi a

EUGENIO NOVAES



Maria e Mário: com o despejo, podem ir para a reserva em Mato Grosso

leilão sendo arrematada por Mário Alves Ribeiro.

Maria Amaldo diz que nunca foi notificada de que havia processo judicial contra ela. Seu marido, aposentado da Secretaria de Segurança há 11 meses, passa a maior parte do tempo na reserva do Paranatinga, onde pretende "dedicar-se à lavoura". Houve uma etapa em que a Economisa dirigiu-se a Maria Amaldo informando que "a hipoteca tinha sido liberada". Ela afirma que sempre pagou as prestações, que "ficavam registradas em um livro da Economisa". Nas vezes em que procurou pelo carnê, disseram-lhe que "voltasse outro dia". O processo de despejo contra Maria Amaldo corre na 3ª Vara Cível de Taguatinga sob a assistência do advogado Miltonilo Christiano Pantuzo. O despejo estava marcado para ontem, mas o

advogado conseguiu adiá-lo para segunda-feira.

TROFEUS

A parede repleta de diplomas e medalhas provam, segundo Mário José, que os "troféus que um juiz de futebol pode conseguir não são somente pedras e bagaços de laranja". Com mais de 1,80 m de altura, musculoso e esguio aos 50 anos, que completa este mês, orgulha-se de ter sido mantenedor da ordem e disciplina tanto como policial quanto como juiz.

Deixou de apitar há oito anos por não conseguir conciliar as profissões exercidas, ambas muito desgastantes. Mário José diz que muitas vezes saía da delegacia para o campo de futebol, ou vice-versa, cansado e com uma série de preocupações

A maioria dos diplomas e

medalhas com que decora as paredes de sua casa, além dos troféus que guarda em seu quarto, foi obtida por sua participação nos Jogos Esportivos da Secretaria de Segurança. Mário José foi árbitro da Federação, tendo apitado jogos da 1ª Divisão e viajado por diversos Estados. Agora tudo poderá ir parar na reserva de Paranatinga, único lugar que ele, a mulher e os filhos têm para ir caso se concretize a ação de despejo.

Na reserva vivem seis irmãos de Maria Amaldo, foras uns primos que, pela tradição indígena, são considerados irmãos. Mário José diz que já encostou tanto o apito quanto o revólver. Vai agora empunhar uma enxada na lavoura da reserva. Exibe sem constrangimento as mãos já calejadas pelo trabalho que ajuda a executar nas vezes em que visita os cunhados em Paranatinga.